

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP/UFCG

ROLIM, Eliana de Souza. – Aluna do Curso de Licenciatura em História do CFP/UFCG.
Bolsista PIBIC/CNPq/UFCG 2002/2003.

FORTUNATO, Maria Lucinete. – Professora do Departamento de Ciências Sociais do
CFP/UFCG.

A proposta desta pesquisa surgiu em decorrência de leituras e discussões sobre o ensino, a produção do conhecimento histórico, os impasses que se travam no que diz respeito às dicotomias teoria/prática, ensino/pesquisa no processo de produção e socialização do conhecimento e especialmente na formação do profissional de História.

Nosso campo de investigação é o Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores. Buscamos refletir sobre a prática pedagógica do referido Curso, analisar as concepções de História e de historiador veiculadas pelos seus alunos-docentes e, identificar como se dá a relação teoria e prática, ensino e pesquisa no processo de produção de conhecimento histórico, no exercício do magistério, na formação e na atuação desses sujeitos.

Compreendemos, que há ainda uma grande distância entre o discurso e a prática quando se trata de ensino e formação de professores, visto que apesar dos debates implementados, a partir das últimas décadas do recém findado século XX, sobre as novas concepções e interpretações da História, ainda é predominante nas escolas de ensino fundamental e médio, bem como nas universidades, a concepção de que a História é a Ciência que apenas estuda e resgata os acontecimentos do passado, neste sentido, Sena Júnior destaca que,

a formação dos nossos profissionais ainda é dada num contexto em que o entendimento que se tem do que seja história enquanto campo de estudo, está associado ao conhecimento do passado entendido como institucional, do Estado-nação. Não se discute, deste ponto de vista, a legitimidade da história ensinada, na medida em que ela surge para referenciar a idéia do vencedor que aparece como necessária ao progresso e inevitável no curso dos acontecimentos históricos.¹

Assim sendo, acreditamos que a compreensão das escolhas em termos do que ensinamos e aprendemos é de suma importância para a compreensão das redes de saberes que estamos tecendo enquanto historiadores e suas possíveis re-elaborações.

Neste sentido, Basso afirma que,

Não é só o conteúdo que determina o caminho do processo pedagógico, mas também, a concepção de história do professor. O que ensina (conteúdo) e como se ensina (metodologia de ensino) se encontram articulados e mediados por uma concepção de História que reflete uma certa concepção de mundo. (...) Assim, o

tipo de formação que esse professor recebe na universidade – orientação positivista ou orientações mais críticas – influencia a sua atuação em sala de aula, ensinando uma história factual e cronológica ou uma história que permita apreender a historicidade da realidade social.ⁱⁱ

No entanto, as novas concepções que pregam a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, teoria e prática e a perspectiva interdisciplinar da produção do conhecimento, têm possibilitado uma série de questionamentos nos cursos de História. Mas, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que os professores das escolas do ensino médio e fundamental, que têm a sua formação ligada à Universidade, se insiram nas discussões historiográficas ainda muito restritas às academias, distantes da escola e que redundam na dissociação academia – escola, com base na visão de que a universidade tem a função de produzir conhecimento e a escola, de transmiti-lo.ⁱⁱⁱ

Segundo a concepção de Ferraz,

De uma forma geral, para que seja realmente conquistada a formação e a atuação do professor-pesquisador, crítico, reflexivo e investigativo, é preciso que este profissional esteja a todo momento pensando no sentido de cada prática realizada e no significado de cada ação para a aprendizagem do aluno e para o seu próprio trabalho como educador. (...) Ser um professor reflexivo significa estar atento às contradições do processo, dos seus avanços e retrocessos, significa vivenciar um movimento constante de pensar e agir. Pensar no que se faz e agir baseado nas suas reflexões.^{iv}

Por isso, questionamos a história produzida/ensinada no Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG, e a sua relação com a História ensinada nas escolas de ensino médio e fundamental, levando em consideração que tipos de concepções e de significados do ensino de História têm sido referendados pelos currículos e pela prática docente e discente, nestes três níveis de ensino.

O Curso de Licenciatura em História do CFP/UFCG, além de abrigar em seu cotidiano os problemas comuns às demais licenciaturas, também enfrenta os impasses próprios de sua realidade institucional que vão desde a localização do CFP, distante da administração central da UFCG; a população atendida, que se desloca de vários municípios do sertão paraibano e dos estados limítrofes; e os propósitos educacionais a que esta instituição de ensino se destina.

Outro impasse que se observa na realidade do CFP é em relação ao nível de interesse e de comprometimento cotidiano dos alunos com o Curso de Licenciatura em História, este é bem específico, pois o curso é noturno^v e é procurado, majoritariamente, por pessoas que trabalham durante o dia e/ou não podem frequentar outros cursos em centros distantes ou para se chegar a outros cursos como Direito, por exemplo. O objetivo maior dessas pessoas, em grande parte, é a obtenção de um diploma de um curso superior e o Curso de História nem sempre é o desejado. Este último fator, entre outros, compromete claramente o andamento e a qualidade do curso.

Associado a esses impasses, temos o Programa Estudante Convênio – Rede Pública (PEC – RP), que funciona com base nas Resoluções 36/98 e 50/99 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPB e estendido também a UFCG, por meio de uma parceria entre as Universidades, as Prefeituras Municipais e o Governo do Estado da Paraíba.

O PEC – RP^{vi} tem por objetivo capacitar e habilitar, nos cursos de graduação da UFPB e UFCG, os profissionais da educação básica, ainda não graduados pertencentes às instituições Públicas de Ensino. Ao aluno do PEC – RP é aplicado o regime disciplinar previsto no Regimento Geral das Universidades. Assim, tanto na UFPB quanto na UFCG, os alunos-docentes que terão de atender as determinações da LDB são inseridos nos cursos regulares por meio de um processo seletivo específico, simplificado.

No âmbito do CFP também se tem implementado discussões em relação ao PEC - RP, seus objetivos e o seu papel dentro da Universidade, pois, se por um lado, considera-se o programa extremamente positivo no sentido de permitir a inserção destes profissionais na universidade, com a possibilidade literal de atualizar-se ou, no mínimo, de cumprirem a referida exigência governamental, por outro lado, afirma-se ser o PEC – RP um problema a mais para os cursos de Licenciatura Plena das citadas instituições, visto que esses professores (alunos-docentes) possuem expectativas diferentes dos demais alunos em relação ao aprendizado, sendo também esse fato mais um dos motivos que implica diretamente no nível de comprometimento dos alunos com o Curso de Licenciatura em História do CFP.

A partir das questões colocadas anteriormente, a preocupação central para o encaminhamento deste estudo foi a de realizar uma pesquisa quanti-qualitativa com os alunos-docentes do Curso de História do CFP/UFCG.

A proposta desta pesquisa, no que diz respeito aos instrumentos, coleta, organização e análise de dados, bem como às atividades que comporão a fase exploratória engloba: o levantamento de dados quantitativos - delimitando os alunos matriculados no curso de Licenciatura em História do CFP, que já exercem o magistério; e os dados qualitativos do curso - levantamento de fontes documentais; a realização de um Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e entrevistas semi-estruturadas, com os alunos-docentes selecionados.

No que concerne ao levantamento, organização e análise dos dados, até o presente momento procedemos da seguinte forma:

Levantamento dos dados quantitativos: verificamos, junto à coordenação do Curso de Licenciatura em História, o número de alunos-docentes matriculados no referido curso até 2001.1, do primeiro ao sétimo período^{vii}. Dentre estes, selecionamos os alunos-docentes que são ligados ao

Programa Estudante Convênio – Rede Pública (PEC – RP) e os que ingressaram no curso por meio do vestibular (COPERVE/UFPB), totalizando 65 alunos docentes, sendo 47 do PEC – RP e 18 não ligados ao PEC – RP.

Realização da coleta de dados através da técnica do Teste de Associação Livre de Palavras - TALP: o TALP foi realizado visando apreender as representações sociais dos alunos-docentes do referido curso no que diz respeito à formação do profissional de História, à relação teoria-prática no processo de produção do conhecimento histórico, e ao exercício do magistério; e, analisando até que ponto há, nessas representações, a vinculação entre ensino, pesquisa e extensão.

O Teste de Associação Livre de Palavras é uma técnica semi-estruturada em estímulos indutores, e permite ao entrevistado, a partir desses estímulos, evocar respostas de conteúdo afetivo-avaliativo e evidenciar universos semânticos de palavras face aos diferentes estímulos, através de dicionários.^{viii} Em outras palavras, o TALP funciona assim: no momento da aplicação do teste, o pesquisador explica ao sujeito da pesquisa que vai apresentar algumas palavras e estimulá-lo para que ele responda o mais breve possível o que lhe vem à mente quando as escuta (por exemplo: O que lhe vem à mente quando escuta a palavra História?). A partir das respostas evocadas pelos sujeitos são construídos dicionários e vocábulos adjetivos concernentes a cada estímulo indutor. As palavras são agrupadas conforme a similaridade semântica existente entre elas. Utilizamos como estímulos as seguintes palavras: **professor; ensino; história; conhecimento, escola e aluno.**

Aplicamos o TALP com os alunos-docentes do curso (PEC e não - PEC), totalizando 48 sujeitos (dos 17 alunos-docentes não incluídos na pesquisa, alguns haviam trancado o curso, outros estavam licenciados e os demais não compareceram às aulas até a finalização da pesquisa).

Após a realização do TALP e da elaboração do dicionário concernente a cada estímulo indutor, os dados foram processados pelo soft “*Tri-Deux Mots*”^{ix} e em seguida interpretados por meio da Análise Fatorial de Correspondência – AFC (aspecto quantitativo da pesquisa). “O princípio básico da AFC consiste em destacar eixos que aplicam as modalidades de respostas, mostrando estruturas constituídas de elementos do campo representacional ou gráfico”.^x

De acordo com o conceito elaborado por Denise Jodelet, consideramos as Representações Sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma interação prática e concorrendo, para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”^{xi} Neste sentido, analisamos as representações dos sujeitos investigados como imagens, afirmações que se formam, veiculam e consolidam no processo de interação e comunicação social. Como representações materializadas através das percepções, opiniões, expectativas e atitudes incorporadas e efetivadas na sua vivência acadêmica.

Ao analisarmos os dados coletados por meio da técnica do Teste de Associação Livre de Palavras, percebemos que ainda é muito presente nas representações sociais dos alunos-docentes do

Curso de Licenciatura em História do CFP, a idéia de que a função do professor em sala de aula é a de transmitir aos seus alunos os conteúdos contemplados nos currículos escolares.

Essa compreensão não atenta para a necessidade de construção de uma consciência crítica, que possibilite a esses alunos considerar: que os conteúdos estudados/ensinados são construídos historicamente; que a “realidade” é complexa, não passível de apreensão total, e pode ser descoberta permanentemente de acordo com os recortes feitos pelos intelectuais para cada momento histórico.

Ainda com base na análise destes dados, verificamos que, apesar de todas as discussões ocorridas nas últimas décadas sobre as competências e habilidades necessárias para se ter uma educação de qualidade, ainda é muito distante nas escolas de ensino fundamental e médio, bem como na própria universidade, o entrelaçamento entre pesquisa e ensino, produção e socialização do conhecimento histórico. Essa postura contribui para a compreensão, já cristalizada no imaginário dos alunos que estão cursando o ensino fundamental e médio, de que estudar História consiste, sobretudo, em decorar datas e nomes dos “grandes” acontecimentos e vultos do passado.

Outros aspectos que chamaram à nossa atenção nas representações dos alunos-docentes – sujeitos investigados – são os fatores negativistas com relação à profissão que desempenham, tais como: as condições deficitárias do ensino, a escola como *insuficiente*, a falta de recursos que campeia o exercício do magistério, a má remuneração e o excesso de trabalho a que estão submetidos os professores e, em particular, a situação dos sujeitos dessa pesquisa, que além das dificuldades habituais, ainda têm que concluir uma graduação enfrentando diversos obstáculos para fazê-la.

Verificando as representações de cada um dos grupos que compõem os sujeitos investigados concluímos o seguinte:

Os alunos-docentes PEC – RP têm uma visão mais “conservadora” nas suas representações. Percebemos isto, mais pontualmente, nas representações do professor *transmissor* e da História *acontecimento e passado*. Já os alunos-docentes não conveniados a esse programa se mostram mais “críticos” ao representarem o professor como *responsabilidade e dedicação*, e a História como *pesquisa*.

Os sujeitos do sexo masculino ao representarem o professor como *responsabilidade* demonstram uma visão do professor enquanto responsável pelo ensino que deve ser baseado na *experiência*. E os sujeitos do sexo feminino, maioria na nossa pesquisa, possuem uma visão ora condizente com as idéias dos sujeitos do PEC – RP, já que também esse grupo é composto basicamente por mulheres, ou seja, uma visão “passiva”; ora se encaminham para um lado mais sentimentalista defendendo que o professor é *carinhoso* e o ensino é *prazer*. Também é nesse grupo que mais se destaca a representação do professor *sofredor*.

Pelo exposto, podemos afirmar que, independente da variável “sexo”, estes resultados indicam uma visão “conservadora” e/ou tecnicista dos professores participantes do PEC – RP que parece estar relacionada, fundamentalmente, à formação que estes professores receberam. Considerando que boa parte tem idade superior a 35 anos, conclui-se que as suas formações docentes estão ligadas ao sistema educacional aplicado no período da “Ditadura Militar” no Brasil, o qual impôs muitas restrições à formação do professor, no sentido de que esta formação assumisse o papel de reprodução da ideologia dominante e desenvolvesse a competência técnica para que o professor pudesse transmitir aos alunos conteúdos previamente elaborados por pesquisadores, por meio de uma “metodologia eficiente”.

Já os alunos-docentes não conveniados ao PEC – RP, grupo formado por sujeitos mais jovens, com uma faixa etária entre menor que 25 anos e 26 a 35 anos, que entraram na Universidade pelo processo convencional de vestibular da UFPB, o Processo Seletivo Seriado (PSS), não simplificado, receberam uma formação baseada na aliança entre competência técnica e compromisso político, diferindo dos padrões de formação dos sujeitos ligados ao PEC – RP. Neste sentido, as suas representações são permeadas por ambigüidades, ora refletindo a importância da construção do conhecimento na atividade pedagógica, ora apontando para a idéia da competência e habilidade do professor como fundamento do processo de ensino-aprendizagem.

Diante deste quadro complexo e paradoxal, compreendemos que estamos precisando rever nossa postura, já que somos profissionais que formam cidadãos. A formação do professor deve se configurar de forma efetiva como uma qualificação do indivíduo para o exercício profissional e para a vida na sociedade. Desse modo, formação e pesquisa não devem apenas passar pela transmissão e/ou narrativa de conhecimentos e/ou acontecimentos, mas levar à produção do conhecimento, como meio para a formação da cidadania do pesquisador. É necessário associar o ensino à pesquisa na perspectiva de ensinar por meio da pesquisa e da descoberta, ou seja, de ensinar história ensinando como se constroem as histórias.

A formação do professor de história deve ter como preocupação principal o tipo de educador/historiador que se está formando; e como princípio básico a indissociabilidade entre a produção e a socialização do conhecimento. Pois, se por um lado a História, como disciplina, busca explicar e ajudar a transformar as relações sócio-culturais, econômicas e de poder vivenciadas historicamente pelos homens; por outro lado, a história está sempre se constituindo. O conhecimento que ela produz envolve a construção de subjetividades e resulta do discurso do historiador.

Portanto, é necessário compreendermos que o conhecimento histórico nunca é objetivo ou acabado, ou seja, não existe uma verdade histórica única e incontestável, mas sim, “verdades” que precisam ser exploradas/estudadas na busca da ampliação e produção do conhecimento e da

construção de saberes. Isso implica que o professor de História deve atualizar-se permanentemente e exercer o magistério produzindo e possibilitando aos seus alunos o exercício da produção do conhecimento histórico, de modo contínuo e com base no “pensar na ação”. Implica também que o “saber científico” deve ser considerado como uma espécie de discurso que está sempre concorrendo ou em conflito com outros tipos de saber.^{xii}

Compreendemos também que formar profissionais do ensino de História constitui-se uma ação profundamente política e ética, um compromisso de fazer História enquanto conhecimento que se institui como um leque de possibilidades para a compreensão e reflexão das relações que se estabelecem socialmente, politicamente e culturalmente. Neste sentido, a Universidade tem a função não só de produzir o conhecimento, mas torná-lo acessível levando a atuações e transformações sociais, visando obter resultados significativos.

Ao nosso ver, isso só será possível por meio de uma prática pedagógica consciente que possibilite a transformação dos docentes e daqueles que estão sob sua responsabilidade, bem como por meio de uma relação direta e de qualidade entre a universidade, as escolas de ensino fundamental e médio e a própria sociedade.

Por meio desta pesquisa, objetivamos aprofundar as reflexões na análise do currículo do Curso de Licenciatura em História do CFP/UFCG, como também contribuir com os debates que já estão ocorrendo no colegiado do Curso para a implantação do novo Projeto Político Pedagógico, e com as reflexões acerca da Formação do Profissional de História; do exercício do magistério e da produção do conhecimento histórico.

NOTAS:

ⁱ SENA JÚNIOR, C. Z. F. de. Ensino de História e perspectivas historiográficas para a sala de aula. In: **Anais do IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA**. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2000, p.75.

ⁱⁱ BASSO, I. S. As concepções de História como mediadoras da prática pedagógica do professor de História. In: DAVIES, N. (Org.). **Para além dos conteúdos no ensino de História**. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2000, p. 45-46.

ⁱⁱⁱ CAIMI, F. E. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980 – 1998)**. Passo Fundo: UFP, 2001, p. 109.

^{iv} FERRAZ, L. N. B. Formação e profissão docente: a postura investigativa e o olhar questionador na atuação dos professores. In: **Movimento**. Revista da Faculdade da UFF, n. 2, Rio de Janeiro: DP&A, set. 2000, p. 64-65.

^v No período letivo 2002.1 o curso passou a ser também diurno.

^{vi} O PEC – RP, visa atender aos artigos 62 e 87, § 4º, da Lei 9.394, de 24 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que definem a formação do docente para atuar na educação básica, necessariamente como uma formação em nível superior, em cursos de Licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, ou por treinamento em serviço, até o final da Década da Educação, ou seja, até 2007.

^{vii} Nesta primeira fase da pesquisa, não trabalhamos com os alunos do 8º período, porque os mesmos já haviam encerrado as atividades de sala-de-aula no momento de aplicação do teste.

^{viii} NÓBREGA, S. M. da. **Do amor e da dor: representações sociais de jovens e adultos sobre o amor e o sofrimento psíquico**. Recife, 2002. Texto não publicado.

^{ix} *Tri-Deux Mots* – versão 2.2 de 1995, elaborado por CIBOIS, P. (1990; 1991).

^x COUTINHO, M. da P. de L. **Depressão infantil: uma abordagem psicossocial**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB / Autor Associado, 2001, p. 197.

^{xi} JODELET, D. **Representação Social: fenômenos, conceito e teoria**. Tradução de Marcelo Saldanha da Gama. Revisão de Celso Sá e Marisa Viale. Rio de Janeiro, 1988. Texto não Publicado, p. 36.

^{xiii} FORTUNATO, M. L. “Construção do conhecimento: invenção e reinvenção de saberes”. In: OLIVEIRA, F. B. de; FORTUNATO, M. L. (Orgs.). **Ensaio: construção do conhecimento, subjetividade, interdisciplinaridade**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001, p. 30.